16ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO FACILITADOR DA PLATAFORMA DE COMUNIDADES LOCAIS E POVOS INDÍGENAS (FWG16)

CONTEXTUALIZAÇÃO

A 16ª reunião do Grupo de Trabalho Facilitador (FWG) da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) ocorreu de 3 a 5 de novembro de 2026, em Antália, Turquia, durante as atividades preparatórias da COP31. O encontro reuniu membros do FWG, representantes dos Povos Indígenas, comunidades locais, Partes e demais observadores.

A reunião ocorreu em um momento relevante para a trajetória institucional da LCIPP, diante da preparação do Plano de Trabalho 2028–2031 e da revisão do FWG, prevista para 2027. As discussões abordaram a composição do Grupo, a representatividade das comunidades locais, os mecanismos de participação, a proteção dos conhecimentos tradicionais e a efetividade da Plataforma nas negociações climáticas. A programação contemplou as seis Abordagens Coletivas (CA), por meio de sessões plenárias, apresentações e discussões em pequenos grupos.

A LACLIMA acompanhou presencialmente a reunião como parte de seu trabalho de monitoramento das negociações internacionais do clima. O presente relatório sistematiza os principais debates, intervenções e encaminhamentos registrados, sem que as manifestações relatadas representem necessariamente posições consensuais ou decisões formalmente adotadas pelo FWG.

SÍNTESE DA REUNIÃO

Ao longo dos três dias, algumas questões se destacaram de maneira recorrente:

- **A necessidade de fortalecer a participação e a representação das comunidades locais na governança da LCIPP.** Representantes de comunidades locais defenderam a criação de três cadeiras específicas para representantes dessas comunidades no FWG, acompanhadas de processos próprios de indicação e participação. Esse trabalho vem sendo desenvolvido pelo Fórum Global de Comunidades Locais (GFLC) e diversas comunidades locais de todo o mundo. Durante as discussões, representantes indígenas apresentaram diferentes perspectivas sobre a ampliação da participação das comunidades locais. Houve manifestações de apoio, mas também preocupações quanto à necessidade de preservar os direitos específicos dos Povos Indígenas, considerando as diferenças entre os grupos em relação às suas trajetórias, formas de organização e formas de reconhecimento jurídico. Também houve manifestações sobre a necessidade de reconhecer a autonomia das comunidades locais, suas formas de autoidentificação e seu reconhecimento jurídico internacional.

- **Transparência dos processos da Plataforma e incorporação das contribuições dos participantes.** Os participantes questionaram os critérios de seleção dos detentores de conhecimento, a diversidade dessas escolhas, os prazos de indicação, a distribuição regional das oportunidades, a circulação dos documentos e os mecanismos utilizados para demonstrar os resultados das atividades. Também foi ressaltada a importância de compreender de que maneira as contribuições apresentadas à LCIPP chegam às negociações climáticas e influenciam as decisões das Partes. Representantes questionaram a ausência de algumas contribuições no relatório do FWG e solicitaram o reconhecimento das comunidades como agentes de ação climática, além de maior consideração das submissões apresentadas. Também houve pedidos de circulação antecipada dos documentos, para permitir uma análise e uma participação mais informadas.
- **Proteção dos conhecimentos tradicionais indígenas e locais.** Foram levantadas preocupações sobre a soberania dos conhecimentos, propriedade intelectual, consentimento, protocolos éticos e utilização das informações compartilhadas. As discussões evidenciaram que a reunião desses conhecimentos deve ser acompanhada de garantias de proteção e de reconhecimento dos direitos de seus detentores. O tema também surgiu nas discussões sobre o Protocolo de Ética, com preocupações relacionadas à apropriação dos conhecimentos e à necessidade de salvaguardas diferenciadas.
- **Aproximação entre a Plataforma, as Partes e os processos de negociação da UNFCCC.** Diversos participantes defenderam que a LCIPP precisa fortalecer seu papel na construção das políticas climáticas. A presença limitada de representantes governamentais (Partes) nas reuniões também foi apontada como um desafio para a efetividade da Plataforma. Além dos 7 membros do FWG, apenas representantes do Brasil, da Noruega e do Canadá participaram dessa sessão. Representantes de comunidades locais defenderam que a articulação com os órgãos constituídos e as agendas de negociação não ocorra apenas em momentos pontuais, como nas revisões periódicas da Plataforma. Também foram mencionadas propostas de maior protagonismo das comunidades na condução das Abordagens Coletivas.
- **Acesso efetivo à participação e ao financiamento climático.** Foram mencionadas dificuldades de financiamento, deslocamento, burocracia, tradução, capacitação e comunicação com as comunidades nos territórios sobre as atividades da Plataforma. Nesse sentido, destacaram-se propostas para ampliar os encontros birregionais, utilizar eventos já existentes, desenvolver atividades virtuais e realizar visitas de campo. As intervenções também abordaram o acesso ao financiamento climático. Representantes indígenas e de comunidades locais defenderam o acesso efetivo aos recursos dos fundos climáticos para implementar projetos nos territórios.
- **Importância da cooperação intergeracional.** Foi reconhecida a importância da juventude e das pessoas mais velhas para a continuidade e a transmissão dos conhecimentos. As mudanças climáticas também foram apontadas como um fator que afeta as condições de reprodução das práticas tradicionais, exigindo processos de adaptação construídos a partir dos próprios territórios.
- **Realização de encontros regionais e birregionais, especialmente na América Latina e no Caribe.** Foi destacada a importância de ampliar os encontros birregionais da LCIPP, de modo a contemplar regiões que ainda tiveram poucas oportunidades de participação nessas

atividades. Durante as discussões, o Brasil manifestou disposição de apoiar a realização de um encontro na América Latina e no Caribe. Esses encontros foram apontados como oportunidades para aproximar a Plataforma das realidades territoriais, ampliar a participação de Povos Indígenas e comunidades locais e fortalecer o intercâmbio de experiências e conhecimentos.

- **Integração com outras agendas e processos da UNFCCC.** As discussões ressaltaram a necessidade de fortalecer a articulação da LCIPP com outros órgãos, programas de trabalho e processos de negociação da Convenção, de modo que os conhecimentos e as contribuições dos Povos Indígenas e das comunidades locais sejam efetivamente considerados nas políticas climáticas. Foram abordadas oportunidades de contribuição ao segundo Balanço Global (GST2), às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e aos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs). Também foi destacada a necessidade de compreender como os resultados das atividades da LCIPP são utilizados pelas Partes e por outros órgãos da UNFCCC, de modo a fortalecer a capacidade da Plataforma de influenciar os processos de tomada de decisão.
- **Reconhecimento e participação das comunidades afrodescendentes.** Representantes de comunidades afrodescendentes ressaltaram a importância do reconhecimento de seus direitos, conhecimentos tradicionais e contribuições para o enfrentamento das mudanças climáticas. As intervenções também abordaram a necessidade de assegurar sua participação nos espaços da LCIPP, incluindo as discussões sobre a representação das comunidades locais na composição do FWG e sobre a elaboração do próximo Plano de Trabalho. Nesse contexto, foi defendido que as atividades da Plataforma considerem a diversidade das comunidades locais e suas formas próprias de organização, representação e transmissão de conhecimentos.
- **Fortalecimento das sinergias entre convenções e processos internacionais.** Foi ressaltada a importância de ampliar a articulação entre a LCIPP e outros instrumentos e espaços internacionais relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, reconhecendo que as questões enfrentadas pelos Povos Indígenas e Comunidades Locais ultrapassam as fronteiras das negociações climáticas. Alguns participantes ressaltaram a relevância de fortalecer as sinergias entre as convenções internacionais, para integrar as agendas e evitar a fragmentação das discussões. Nesse sentido, a cooperação entre processos foi apontada como uma oportunidade para ampliar o alcance das contribuições da Plataforma e favorecer uma abordagem mais integrada dos conhecimentos tradicionais e dos desafios enfrentados nos territórios.
- **Reconhecimento das iniciativas climáticas que já existem nos territórios.** O grupo em português ressaltou que Povos Indígenas e comunidades locais já desenvolvem soluções para enfrentar as mudanças climáticas, como o manejo integrado do fogo, a conservação dos territórios e as práticas tradicionais. A reivindicação não era apenas por maior participação, mas também por reconhecimento, visibilidade e recursos para fortalecer essas iniciativas. Também foram mencionadas a demarcação de terras como política climática, a diversidade dos biomas brasileiros e a NDC indígena.

BALANÇO COMPARATIVO ENTRE O FWG15 E O FWG16

Em comparação à 15ª reunião do FWG, a 16ª reunião apresentou avanços na definição de encaminhamentos para as atividades da Plataforma (LCIPP) ao longo de 2027. Entre as principais decisões, destacam-se a realização de uma reunião intersessional em janeiro de 2027 para avançar na finalização das minutas do relatório de revisão do FWG e do Plano de Trabalho da LCIPP para 2028–2031, além da preparação de uma contribuição do Grupo ao segundo Balanço Global do Acordo de Paris (GST2).

Em relação à participação, a FWG16 deu continuidade às discussões iniciadas na FWG15 sobre inclusão e transparência na mobilização de detentores de conhecimentos e especialistas indígenas e de comunidades locais. Enquanto a FWG15 havia adotado uma abordagem de múltiplos caminhos de mobilização, a FWG16 decidiu aprimorar os processos de indicação desses participantes, porém sem estabelecer procedimentos ou critérios específicos para sua implementação.

Por outro lado, o Protocolo de Ética da LCIPP, cuja possível adoção estava prevista para a FWG16, permaneceu em desenvolvimento. Embora a reunião tenha estabelecido encaminhamentos importantes para a continuidade dos trabalhos, não foram adotadas alterações estruturais na composição do FWG, e as discussões substantivas sobre sua revisão e o futuro Plano de Trabalho permanecem abertas para 2027.